Espaço em Revista
ISNN:1519-7816 v. 16, n. 1, jan./jul. 2014. p. 51-72

O TERRITÓRIO KALUNGA DA COMUNIDADE ENGENHO II, CAVALCANTE (GO): perspectiva histórica e análise geográfica por meio de trabalho de campo

Joyce de Almeida Borges[1]
joycealbo@yahoo.com.br

José Carlos de Souza[2]
zecarlossouza1974@hotmail.com

Patrick Thomaz de Aquino Martins[3]
patrick_thomaz@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho é resultado de uma análise geográfica integrada realizada por professores e alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (Campus-Minaçu), no povoado Kalunga do Engenho II, em Cavalcante, Goiás. A proposta envolveu as disciplinas Geografia de Goiás e do Brasil, Geomorfologia e Cartografia Temática e se desenvolveu em dois momentos, um em sala de aula onde foram feitas analises de textos sobre a trajetória do negro no Brasil e o processo de territorialização a partir dos quilombos e a elaboração de material cartográfico; e, um segundo momento, que foi a realização de um trabalho de campo para convalidação e correlação das analises e produtos. No campo os envolvidos foram levados a observar o modo de vida do povo Kalunga, com ênfase nos aspectos culturais e econômicos, bem como sua relação com o meio físico.
Palavras-chave: Comunidade tradicional. Modo de vida. Meio físico. Análise integrada.

EL TERRITÓRIO KALUNGA DE LLA COMUNIDAD ENGENHO ll, CAVALCANTE (GO): perspectiva histórica y análisis geográfico por medio del trabajo de campo

Resumen: Este trabajo es el resultado de un análisis geográfico integrado realizado por profesores y alumnos del curso de Geografía de la Universidad del Estado de Goiás (Campus-Minaçu), en el poblado Kalunga del Engenho ll, en Cavalcante, Goiás. La propuesta envolvió las disciplinas de Geografía de Goiás e de Brasil, Geomorfología y Cartografía Temática e se desenvolvió en dos momentos, uno en clase donde se han hecho análisis de textos sobre la trayectoria del negro en Brasil y el proceso de territorialización a partir de los *quilombos* y la elaboración de material cartográfico; y, en segundo momento, la realización de un trabajo de campo para la convalidación y correlación de los análisis y productos. En el campo los envolvidos fueron llevados a observar el modo de vida del pueblo Kalunga, con énfasis en los aspectos culturales y económicos, bien como en su relación con el medio.
Palablas-clave: Comunidad tradicional, Modo de vida, Medio físico. Análisis geográfico integrado.

1 Introdução

Os negros (as) marcaram a formação social, tecnológica, demográfica e cultural do Brasil. Portanto, refletir sobre as resistências das identidades negras brasileiras não é somente pensar na escravidão, é, sobretudo, repensar a constituição histórica e atual dos negros enquanto povos de histórias e ancestralidades na África que se reterritorializam com especificidades de lutas, a partir de movimentos de resistência, sejam a luta pela terra e pela

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e professora da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itapuranga.
[2] Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e professor da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Minaçu.
[3] Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista e professor da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Minaçu.

liberdade nos quilombos, à diversidade religiosidade, às expressões de dança e à capoeira. Elementos estes que são símbolos de contraposição à violência praticada pelos brancos (HALL, 2003).

Neste contexto, os negros não serviram apenas como mão de obra escravizada, mas como guardiões de saberes milenares, como aqueles ligados, por exemplo, aos saberes formais, como das universidades africanas, que produziam saber concomitantemente às universidades europeias[i]. Além dos saberes tradicionais ligados à religiosidade, à dança, à culinária, ao manuseio de técnicas agrícolas e plantas medicinais, à metalurgia, ao artesanato, às tradições de cura, etc. Estes saberes milenares hoje fazem parte da cultura brasileira, expressos também na relação dos negros com as paisagens, rios, práticas culturais, que compõem os territórios quilombolas do século XXI, como os Kalunga de Cavalcante, e também de outros territórios não quilombolas.

As problemáticas que pressupomos parte de algumas premissas: Como nós, geógrafos, realizamos uma leitura dos aspectos físicos da região da Chapada dos Veadeiros? Como estes aspectos físicos influenciam na permanência da cultura dos Kalunga? Os quilombolas da Comunidade do Engenho II ainda conservam traços culturais específicos que os fazem diferenciar de outros quilombolas? O que estes sujeitos têm a nos ensinar sobre sua história e trajetórias socioespaciais? Almeida (2010) relata que os Kalunga possuem uma relação forte com o Cerrado, deste modo, como seria a relação destes sujeitos com o meio físico do Cerrado? O líder da associação propõe que tipo de atividades para permanência dos Kalunga na Comunidade? e como eles se organizam e se mantêm economicamente e culturalmente?

Com base nestes pressupostos, este artigo divide-se nas seguintes partes. A primeira traz reflexões acerca da chegada do negro ao Brasil, no período da colonização. Nesta etapa será descrito, também, o processo de resistência dos negros no Brasil e nos quilombos. Nela refletiremos sobre elementos fundamentais à organização dos quilombos, para relacionarmos ao entendimento da territorialização do povo Kalunga em 2013.

A segunda é composta por dados relativos à formação física e geográfica da região da Chapada dos veadeiros. Nela descrevemos os tipos de solo, relevo, vegetação e a relação dos Kalunga com a paisagem do Cerrado. Nesta etapa consideramos também vários aspectos políticos, territoriais e culturais ligados aos Kalunga. Esta análise é construída por meio de referências históricas e de dados coletados diretamente em uma comunidade Kalunga, a Comunidade do Engenho II.

2 A contribuição do negro na formação territorial brasileira

Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão, O sono dormido à toa Sob as tendas d'amplidão!
Hoje... o porão negro, fundo, Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar... E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado, E o baque de um corpo ao mar...
Ontem plena liberdade, A vontade por poder...
Hoje... cúm'lo de maldade, Nem são livres p'ra morrer.
(Castro Alves-Navio Negreiro)

Da África calcula-se que saíram, entre os séculos XVI e XIX, 12,5 milhões de escravos mandados para o continente americano. O Brasil foi o país que mais recebeu escravos negros, de e 4 a 5 milhões de cativos ao longo de mais de três séculos. A distinção entre os escravos era evidente, havia os escravos domésticos e os escravos de eito, estes, submetidos a um trabalho mais árduo, nos canaviais. Também havia escravos de atividades agrícolas e comerciais, o escravo minerador do ouro, o cativo vendedor ambulante, os negros recém-alforriados, os marinheiros libertos, assim variavam as condições (MATTOSO, 2001).

Os negros contribuíram para a formação político-territorial e cultural de vários países da América e do mundo. Da África, as identidades negras africanas compostas por povos de várias etnias, vieram para o Brasil: os *iorubás, bantos, haussás,* sudaneses, de mina. No Brasil podemos destacar também os crioulos, ou seja, os negros nascidos na terra *brasilis*, que não gostavam dos recém-chegados da África. Tinha os escravos urbanos que se viam com superioridade em relação aos escravos agrários, porém ajudavam na luta dos quilombos.

Havia ainda as diferenças culturais e religiosas, por exemplo: os negros islamizados (*fula, mandinga e haussá*) eram considerados mais "rebeldes". Grande parte dos *haussás* foi aprisionada na África nas guerras contra os *iorubás,* estes eram considerados os negros "intelectualizados", sabiam ler e escrever em quantidade maior até que os senhores da época[ii]. Os *iorubás*, vindos da Costa Ocidental africana, foram denominados na Bahia e em Minas Gerais de *nagôs*. Para a Bahia vieram muitos *sudaneses*, de origem do país hoje denominado Sudão. Os grupos *iorubas* possuem grande influência na região de Salvador e também no Maranhão, onde tiveram um papel importante na atividade mineradora brasileira (SOUZA, 2008).

Da Costa Central e Ocidental da África, Congo e Angola, principalmente, vieram os *bantos* que se territorializaram no Rio de Janeiro e Pernambuco. A influência *bantu* é a mais antiga e a mais disseminada pelo Brasil. Da Angola vieram a maioria dos negros escravizados

no Brasil, os quais foram comercializados em Luanda e no Golfo do Benin. Das duas regiões nas quais mais vieram escravos para o Brasil foram a Costa de Angola e de Mina (ibidem, 2008).

Ainda vieram os negros andrenses e calabrenses de Guiné, Cabo Verde e Serra Leoa. Segundo Freire (1933), estes escravos eram considerados "belos", ficavam responsáveis pelas atividades domésticas e mais suscetíveis a exploração sexual.

Neste sentido, segundo Furtado (1989), o negro no Brasil era uma mercadoria, sinônimo de investimento, renda e lucro para seus "senhores". O fumo foi a principal mercadoria utilizada para ludibriar os negros e utilizada na troca por escravos. Cerca de 7 a 10 rolos de fumo por escravo. Entretanto, o período escravocrata africano pode ser dividido, conforme Souza (2008, p. 62), em três etapas de comercialização escravista na África:

> (1440-1580): comercialização na costa da Alta Guiné para o Caribe e América espanhola com apoio da Ilha de Cabo verde. Desta região muitos negros foram para o Norte do Brasil, principalmente para o Pará e também para o estado nordestino do Maranhão, (1580-1690): a África Central e a Ilha de São Tomé eram as grandes fornecedoras, (1690-1850): até o fim do Tráfico negreiro eram comercializados em Angola. De lá vieram os escravos de "mina", os angolanos e moçambiques (SOUZA, 2008, p. 62).

Souza (2008) afirma que havia a exportação de escravos africanos para a Península Arábica antes mesmo da colonização europeia, porém, como atividade secundária. Antes dos escravos virem para a América muitos eram levados para a Europa. O que não significa que a África possuía apenas sociedades totalmente escravistas. A escravidão estava mais presente nas capitais dos reinos onde havia maior circulação de riquezas. A invasão portuguesa, francesa, holandesa e inglesa na África altera as relações políticas, culturais e econômicas e contribui para o aumento de rivalidades entre grupos, ameaçando as tradições culturais. Os portugueses foram os primeiros europeus a escravizarem africanos e a imporem uma nova lógica capitalista por meio de conquistas militares (MATTOSO, 2001).

Os negros eram trazidos da África contra a própria vontade, trabalhavam pesado na lavoura e demais atividades que os senhores exigiam e eram tratados com violência. Como se não bastasse o excesso de trabalho a que eram submetidos, ocorria, com frequência, a violência sexual dos senhores em relação às escravas, além dos açoites, dos grilhões e das ações cruéis (MATTOSO, 2008).

Assim, o envelhecimento, as mortes, as revoltas, as fugas e as doenças necessitavam ser combatidas, a fim de não gerar prejuízos aos proprietários. No processo de venda dos escravos, prevalecia o sistema no porto denominado por "depósito fixo", no qual se reunia os escravos em uma espécie de 'curral'. Nos portos eles eram separados por sexo e eram temidos por possíveis revoltas. Havia um batismo neste local, se pregava que não podia embarcar pagãos, mas muitos assim chegavam ao Brasil. Nos portos eles eram alimentados e passava-se óleo de palmeira para lubrificar a pele e ficarem 'vistosos'. Ocorriam massacres de escravos quando os senhores não ficavam "satisfeitos com as mercadorias" e os escravos doentes eram isolados. As epidemias, como de varíola, dizimaram grande número de cativos.

Segundo Furtado (1989), o Brasil se formou a partir de três grandes elementos na colonização, o latifúndio, as *plantations* e o uso da mão de obra escrava. O trabalho do negro nas atividades agrícolas era vigiado como se vigia uma máquina e a atividade econômica brasileira, em que mais se utilizou mão de obra escrava negra, foi à produção açucareira.

No final do século XVI a produção do açúcar decuplicou-se (aumentou 10 vezes). Em 1770 liberou-se totalmente o tráfico de escravos para o Brasil. Em 1815 a Inglaterra pressiona e declara ilícito o tráfico ao norte do Equador, deslocando o tráfico brasileiro à África Oriental (MATTOSO, 2001). O tráfico negreiro se finda no Brasil em 1850, coincidentemente, no mesmo ano, é criada a Lei de Terras no Brasil, em que a terra transforma-se em mercadoria. Os negros e pobres foram excluídos do acesso a terra neste país, isso já prevendo uma possível "Libertação dos Escravos" que se confirmaria em 1888 (ABREU, 1997).

Quanto às mulheres negras, estas eram relegadas ao casamento, ficavam como amigas ou "mancebas". Era a partir do abuso das negras, que as brancas conservavam sua castidade e virgindade diante de uma sociedade machista e cristã. No cotidiano do trabalho, as mulheres negras carregavam seus filhos nas costas durante o trabalho agrícola, ato que não fazia parte de um hábito africano, uma vez que, na África, elas tinham essa prática apenas durante viagens ou esporadicamente. Aqui era por um dia todo, o que causava lesões nas pernas das crianças. Isso quando os senhores não furavam um buraco no chão para deixarem os "negrinhos" (FREIRE, 1933).

As práticas culturais africanas eram reproduzidas e recriadas no Brasil entremeio ao trabalho nos canaviais, cafezais e plantações. Os ritos de festas, culinária, eram manifestados também nas senzalas e no interior da Casa Grande, ou casa do "senhor de escravos". Havia um sujeito importante nestas relações entre branco e negro, a "mãe de leite". Esta contava

histórias de bicho e assombração, inventava medos para educar; amamentava as crianças brancas e cantavam canções de ninar. Tratavam com carinho as crianças e as chamavam no diminutivo: Pedro se tornava Pedrinho. Muitas mães de leite substituíram as mães brancas que morriam nos partos e a elas também cabia o papel de ensinar a religião às crianças (FREIRE, 1933).

Quanto à religiosidade, muitos padres se recusaram fazer casamentos entre brancos e negros e, além disso, os negros eram proibidos de entrarem nas igrejas dos brancos, daí a fundação das irmandades e igrejas dos negros como, por exemplo, a Igreja do Rosário, presente na Cidade de Goiás.

A cidade de Goiás, principal cidade mineradora do estado, possuiu um espaço representativo dessa prática de segregação. Segundo relato dos moradores, os negros não podiam frequentar a famosa Praça do Coreto. Atualmente, neste mesmo local, ocorre a Capoeira de Angola, símbolo de resistência a todo o processo de opressão e violência sofrido pelos negros. Como tais práticas culturais eram proibidas pela imposição do Cristianismo e pelo racismo aflorado, pela falta de acesso a terra, entre outros fatores, a alternativa foi expressar a territorialização nos quilombos, em busca de liberdade e longe dos castigos.

3 A territorialização dos negros no Brasil a partir dos quilombos

Os quilombos eram formados a partir de fugas individuais ou coletivas. O termo quilombo é *banto* e quer dizer "acampamento guerreiro na floresta", chamado também pelos negros de "mocambo". Em banto escreve-se *quimbundo*. Na África, representava os locais de passagem para os povos nômades. Podemos defini-lo como:

> Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (NASCIMENTO, 1980, p. 32).

Os primeiros estudos sobre quilombos, diferentes dos estudos de Nascimento (1980), como os de Gaspar Barleau (apud CAMPOS, 2007), remetiam as populações quilombolas como povos preguiçosos, vagabundos, salteadores e ladrões. Vemos que essas representações ainda são existentes hoje em algumas novelas e filmes da televisão brasileira. No entanto "ser do quilombo" representava bem mais que isso. Reinrich Handelmann (1827-1991), também

citado pelo mesmo autor, denominou os quilombos como “Estados Negros”. No entanto, este autor apoiava a escravidão, considerando-a justa, acreditando que era necessário acabar com os quilombos para a permanência do domínio luso na escravidão colonial. Já Arthur Ramos (1903-1949) classificou o quilombo como “um estado de tradições africanas dentro do Brasil” e ressaltou, inclusive, o papel da mulher na produção artesanal do quilombo (FIABANI, 2005).

Nas relações escravistas, a cultura religiosa africana era escondida por trás dos santos católicos e os negros, para poderem expressar seus cultos, fugir da violência, ter direito de acesso à terra e a liberdade, fugiam, territorializando-se nos quilombos. O negro quilombo (fujão) era submetido à novena ou trezena (nove, ou treze chibatadas) quando capturados novamente. Assim, contra a violência e falta de direitos aos negros, surge, em Alagoas, na serra da Barriga, Palmares, o quilombo mais famoso do Brasil. No fim do século XVI, este quilombo chegou a agrupar 20.000 pessoas, incluindo índios, mulatos e até mulheres brancas (SIQUEIRA, 1995).

Neste sentido, a formação de quilombos fez prosperar áreas até então improdutivas. A vida no quilombo era uma espécie de comuna, não havia moeda e a produção era de subsistência e compartilhada entre os moradores da área.

Na segunda metade do século XIX, os negros passam a viver nas cidades, ocupando inicialmente os cortiços, em condições de higiene precárias. Nessa época, 50% dos cariocas viviam nessas condições. Os cortiços surgiram no centro das cidades sendo depois proibidos de ocupar essas áreas por uma questão de “higienização”. Eles foram as primeiras expressões de segregação urbana na qual temos atualmente, reconfigurados como, por exemplo, nas territorializações de favelas, principalmente no Sudeste brasileiro (CAMPOS, 2007).

Após a chegada da Lei Áurea, em 1888, os negros continuaram marginalizados. As rebeliões urbanas de quilombos atingiram cidades brasileiras importantes como Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre, São Luís e Rio de Janeiro. De acordo com os estudos de Anjos e da Fundação Palmares (2009), foram detectadas, em um primeiro mapeamento, 848 áreas de quilombo no Brasil, 250 na Bahia, 196 no Pará e 163 no Maranhão. Em uma segunda configuração foram registradas 2.284 ocorrências de comunidades quilombolas, localizados em 24 estados, sendo a Bahia, Minas Gerais, Alagoas e Maranhão, os estados com o maior número de comunidades.

Portanto, esses territórios não são áreas isoladas e nem pontuais em termos de expressividade, se observada a quantidade de quilombos. O modo de vida desses povos expressa uma dinâmica cultural rica sob o ponto de vista da diversidade étnica e política brasileira. No entanto, os territórios quilombolas são pouco "conhecidos" pela maioria da população brasileira, principalmente entre as crianças. Os quilombos também são pouco "reconhecidos" sob o aspecto de políticas públicas, como apresentaremos nas análises do povo, Kalunga por meio de trabalho de campo.

4 Levantamento e análise dos dados e observações de campo

Optamos pelo Engenho II por ser a comunidade Kalunga mais próxima à cidade de Cavalcante e por ser de mais fácil acesso. Assim como as outras comunidades, o Engenho II está inserido na região da Chapada dos Veadeiros, que compreende uma área de rica biodiversidade dentro do bioma Cerrado. No intuito de garantir um entendimento geográfico acerca desta região, que leve em consideração tanto os aspectos físicos, políticos, econômicos territoriais e culturais, buscamos também levantar informações acerca dos aspectos do meio físico, como a estrutura geológica, os relevos, os tipos de solo e o tipo de cobertura vegetal predominante.

A partir dos estudos anteriores sobre os Kalunga realizados por Almeida (2010), debatemos em sala a temática com informações diversas, como por exemplo, o conceito de Calunga ou Kalunga[iii], que é o nome atribuído aos descendentes de escravos fugidos e libertos das minas de ouro do Brasil Central, que formaram as comunidades quilombolas atuais da Chapada dos Veadeiros. Os Kalunga se territorializaram em Goiás há mais de 200 anos, com a maior parte de suas terras localiza-se em Cavalcante. A área de ocupação Kalunga equivale a 253 hectares. Antes dos Kalunga o território era habitado por indígenas como Akroá, Xavante, Avá-Canoeiro, Caiapó (ALMEIDA, 2010).

Em sala de aula, na disciplina de Geografia de Goiás e do Brasil, debatemos o fato da região norte de Goiás possuir um dos piores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado e, ao mesmo tempo, apresentar grandes hidrelétricas, como a de Cana Brava e Serra da mesa; indústrias mineradoras, como a SAMA, que extrai o Amianto, e rodovias importantes, como a BR-153. As contradições do capital na região são evidentes.

Destacamos, ainda, a diferença do IDH no Brasil entre brancos e negros. Sabe-se que geralmente a população afro-brasileira encontra-se em *rankings* inferiores quanto à renda *per*

capita e acesso aos meios de comunicação. Além disso, as mulheres negras são as que apresentam os mais baixos salários. Os maiores índices de analfabetismo e desnutrição estão entre a população pobre e negra brasileira. Comentamos estes dados e fatos como resultados do processo de marginalização social e histórica vividas pelas populações negras e quilombolas.

No trabalho de campo buscamos ouvir os próprios Kalunga, conversarmos inicialmente com o guia[iv], que nos conduziu a Comunidade Kalunga do Engenho II. Este, que conhece profundamente a região, nos concedeu informações valiosas no que se refere à história, ao cotidiano e a algumas questões políticas, territoriais e culturais relacionadas a esta comunidade na atualidade.

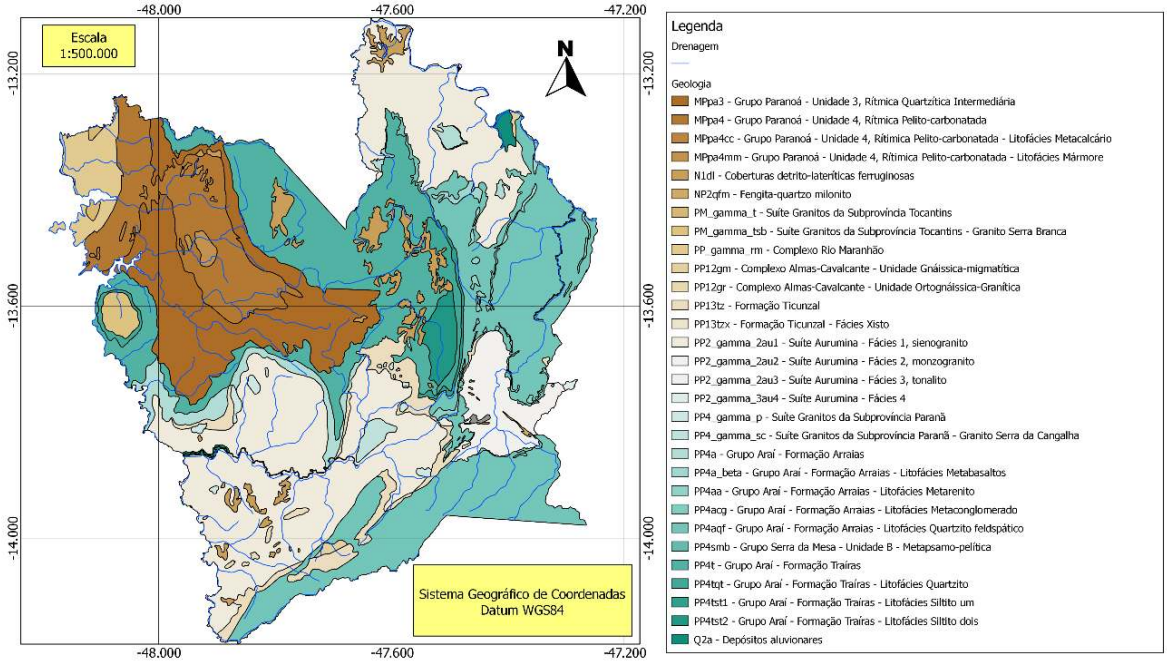
5 Elaboração dos produtos cartográficos

Ainda como parte dos estudos pretéritos à aula de campo, foi realizada uma caracterização do meio físico e cobertura vegetal e uso da terra do município de Cavalcante. Esta caracterização foi realizada utilizando mapas temáticos elaborados no âmbito da disciplina Cartografia Temática e Geoprocessamento.

Os mapas foram elaborados a partir da compilação de bases digitais e do processamento de Modelo Digital de Elevação (MDE). No primeiro caso foram gerados os seguintes produtos: mapa geológico (Figura 1), construído utilizando o mapa de geologia do estado de Goiás e Distrito Federal (MOREIRA et al., 2008); o mapa de solos e o mapa de cobertura e uso da terra (Figura 2), derivados da base de dados 'Determinação de áreas prioritárias para unidades de preservação', de autoria da Agência Ambiental de Goiás (2005) e o mapa geomorfológico (Figura 3), oriundo do Mapa Geomorfológico do Estado de Goiás e Distrito Federal (GOIÁS, 2006).

A elaboração destes mapas permitiu que os alunos tivessem a oportunidade de entender a distribuição das características físicas no espaço estudado, além do contato prévio com alguns conceitos e terminologias utilizadas em campo.

Figura 1 - Mapa geológico do município de Cavalcante (GO), elaborado e analisado como estudo prévio à aula de campo.



Alguns destes conceitos e terminologias, como, por exemplo, o solo e o Sistema Brasileiro de Classificação deste (EMBRAPA, 2006), serão apresentados profundamente em disciplinas dos próximos anos, porém são fundamentais ao entendimento da constituição da paisagem e da configuração temática do mapa pedológico, uma vez que este tema, especificamente, possui simbologia (padrão de cores - variáveis visuais) própria à cartografização.

Figura 2 - Mapas de Solos (esquerda) e de Cobertura e uso da terra (direita) do município de Cavalcante, GO, elaborados e analisados como estudos prévios à aula de campo.

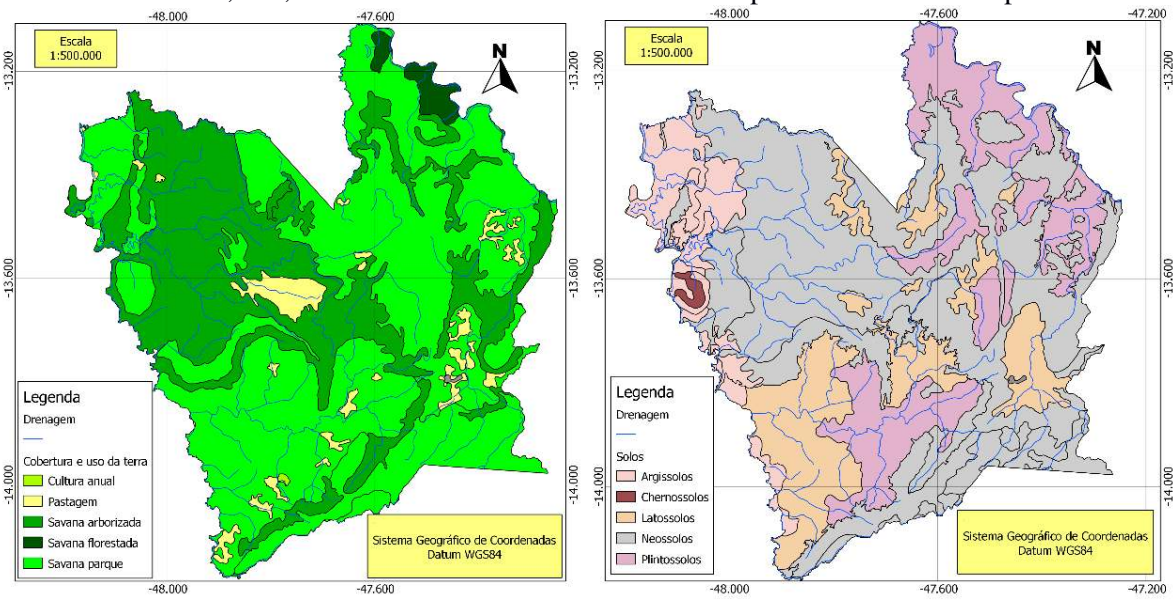
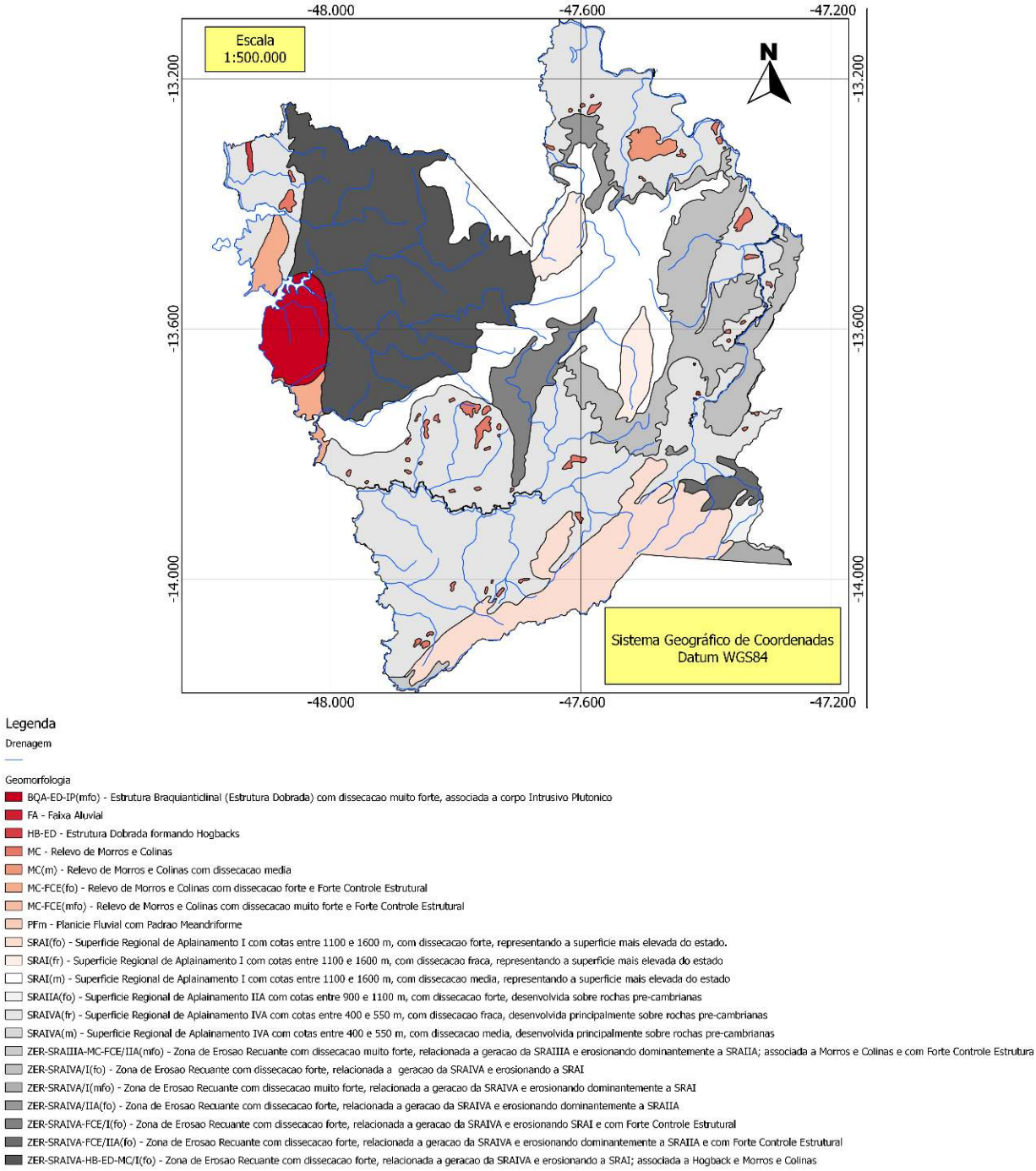
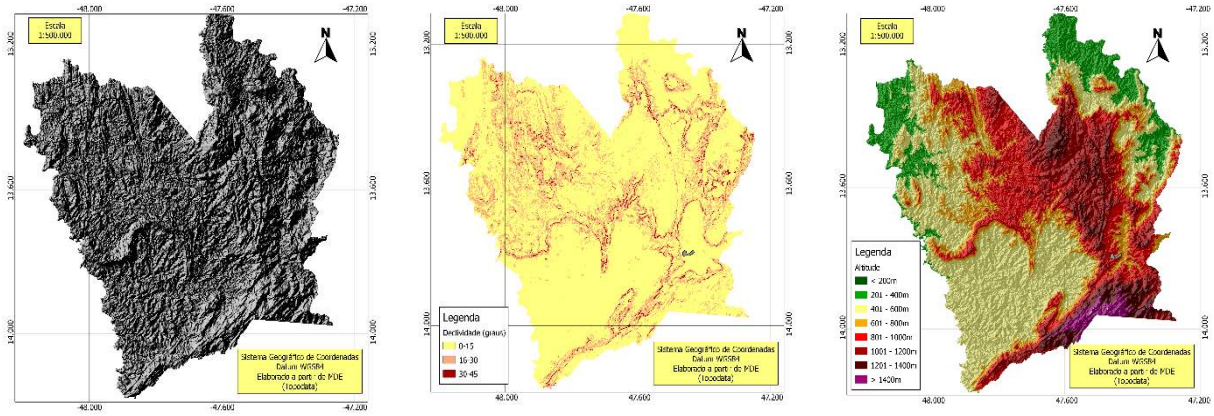


Figura 3 - Mapa de unidades geomorfológicas do município de Cavalcante, GO, elaborado e analisado como estudo prévio à aula de campo.



Com o uso do MDE foram gerados os mapas de declividade, hipsométrico e de relevo sombreado (Figura 4). Os dados utilizados neste procedimento foram obtidos por meio do Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil, projeto Topodata (VALERIANO & ROSSETTI, 2011), elaborados a partir de dados SRTM - *Shuttle Radar Topography Mission* (FARR et al. 2007).

Figura 4. Mapas de relevo sombreado (esquerda), declividade (centro) e hipsométrico (direita) do município de Cavalcante, GO, elaborados e analisados como estudos prévios à aula de campo.



Concomitante à elaboração e análise dos mapas, foram consolidados e praticados os conceitos de Cartografia Digital, Sistema de Informações Geográficas, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, técnicas, tecnologias e ferramentas utilizadas na elaboração dos mapas.

6 Aspectos do meio físico e relação homem-natureza

A estrutura geológica deste trecho é composta por formações que datam do Paleoproterozóico, sendo as unidades geológicas predominantes o Grupo Araí, Formação Traíras com litofácies de quartzito feldspático e siltito e uma formação plutônica denominada de Suite Aurumina de monzogranito (MOREIRA et. al, 2008).

Sobre o Grupo Araí se desenvolveu uma Zona de Erosão Recuante (ZER), com forte dissecação, compondo um sistema denudacional (Figura 6). Sobre as formações magmáticas da suíte monzogranito se instalou uma Superfície Regional de Aplainamento (SRA) com dissecação fraca (GOIÁS, 2006). Essas características geológico-geomorfológicas induziram a formação de solos com altos teores de areia, como os Neossolos Litólicos de textura média e arenosa, predominante na paisagem e identificado em todo o trecho percorrido. Este solo se assenta sobre relevos ondulados, fortemente ondulado, montanhosos e escarpados, com declividades que variam entre 8% e maior que 45%. Nas áreas de relevo plano e suave ondulado (declividades entre 0% a 8%) foram identificados os Latossolos Vermelhos de textura média e argilosa e os Plintossolos Pétricos em superfícies com concreções lateríticas (AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS, 2005).

Figura 6 - Em primeiro plano, Superfície Regional de Aplainamento e em segundo, Zona de Erosão Recuante. Registro feito do mirante a caminho do Engenho II.



Fonte: José Carlos de Souza, 2013.

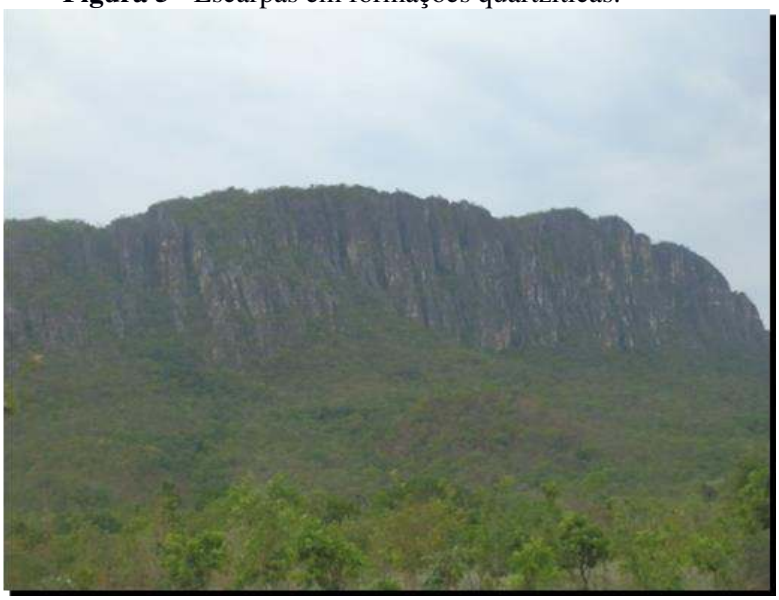
Outro tema abordado no campo foi à diferença de temperatura entre as áreas urbanas de Minaçu e Cavalcante. Ao chegarmos a Cavalcante, percebemos uma considerável queda da temperatura. Na oportunidade, exploramos o conceito de gradiente térmico vertical, o qual preconiza que quanto maior a altitude menor a temperatura, numa razão média de 0,6ºC para cada 100 metros (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007). Com o uso do navegador GPS, levantamos as cotas de altitude e percebemos a grande diferença altimétrica entre as duas cidades (Minaçu 370m – Cavalcante 850m). Campos et al. (2002), fazem referência a essa variação de temperatura vinculada às condições topográficas da região, relatando que o relevo exerce forte influência nas variações de temperatura.

Verificamos que, até a década de 1980, o município de Cavalcante vivia basicamente da retirada de minérios, do garimpo e da agricultura. Com a criação do Parque da Chapada dos Veadeiros, em 1961, a renda da cidade passa a ser obtida também por meio do Ecoturismo, uma das atividades no qual parte da comunidade Kalunga passa a se inserir economicamente. O elemento turismo é categoria de debate, pois a turistificação dos Kalunga causa desigualdade entre os próprios moradores das comunidades (ALMEIDA, 2010).

Podemos considerar que a presença do turismo na Chapada dos Veadeiros e da própria permanência dos quilombolas na região está relacionada principalmente a presença de relevos dobrados e altamente dissecados da região, onde predominam vãos, serras, morros, colinas, depressões, vales estreitos e rios encaixados. Essas características resultam da estrutura e

fenômenos geológicos que ocorreram na região e que imprimiram na paisagem feições geomórficas exuberantes, como as imponentes escarpas com afloramento de quartzito (Figura 5).

Figura 5 - Escarpas em formações quartzíticas.



Fonte: José Carlos de Souza, 2013.

Nas observações de campo priorizamos as descrições e análises ao trecho que percorremos entre a cidade de Cavalcante e o povoado Kalunga do Engenho II. No trajeto algumas paradas foram feitas para convalidação dos dados mapeados e para explanação dos professores.

Em uma das paradas para observação e análise, verificamos que as paisagens de Cerrado estão bem preservadas no território Kalunga. Diversas fitofisionomias deste bioma podem ser identificadas, como a Mata de Galeria, a Mata Ciliar, o Cerrado Senso Restrito, o Cerrado Rupestre, a Vereda e o Campo Sujo, as quais representam às três formações que constituem o Cerrado, i.e., Florestal, Savânica e Campestre (RIBEIRO & WALTER, 2008).

Nestas paisagens observamos, também, o predomínio de árvores frutíferas do Cerrado, como a Cagaita, Pequi, Buriti, Murici, Muçambé, Baquari, Ipê, Pimenta de Macaco, Jatobá etc. Na própria Comunidade do Engenho vimos o pé de Jatobá, no qual o seu Emiliano, líder comunitário, nos relatou: *"Essa molecada daqui não desce daí, mal sobra pros macacos"*.

Além da Comunidade do Engenho II, o guia Kalunga nos explicou que existem outras 12, a saber: Vão de Alma, Vão Contenda, Riachão, Engenho I, Vão do Moleque, Sucuri, Corriola, Ema, Taboca, Areia, Maiadinha e Capela. Observamos que os nomes das

comunidades Kalunga fazem referência a animais, rios e frutos do Cerrado. O que não explica por si só, mas revela também como os Kalunga possuem uma relação intrínseca com o Cerrado. Os rios para eles significam lazer e sobrevivência, por meio da pesca, busca de água, lavar roupas, tratar os animais e tomar banho.

Na comunidade Kalunga do Engenho II, a maioria dos moradores procura assistência médica em Cavalcante. Todavia, há, igualmente, tratamento com o uso das plantas medicinais, como carrapicho, para a febre; quina, para problemas de garganta; leite de mangaba, para dor de barriga; sumo da folha de algodão e mastruz, para ferimentos; dentre outros. Algumas destas plantas, como a arnica, são comercializadas em uma loja na Comunidade, como podemos observar na Foto 7.

Foto 7 - Arnica(remédio) e cachaça com arnica comercializada no Engenho II.



Autora: BORGES, Joyce de Almeida. Pesquisa de campo, 2013.

Quanto à realização de atividades econômicas, as mulheres realizam a produção de artesanatos, especificamente os tapetes e caminhos de mesa em folha de bananeira (Figura 8).

Entre outras formas de produzir e viver entre os Kalunga, podemos destacar a confecção de doces, bolos em folhas de bananeira, o bolo de fubá de arroz, farinha de mandioca, óleo de pequi, doce de mangaba, farinha de jatobá e sabão de tingui (Foto 9).

Foto 8 - Artesanatos produzidos pelas kalunga (2013).



Autora: Borges, Joyce de Almeida. Pesquisa de campo (out. 2013).

Figura 9 - Produções específicas: sabão de tingui e farinha de jatobá (2013)



Autora: BORGES, Joyce de Almeida. Pesquisa de campo, outubro de 2013.

Alguns Kalunga comercializam seus produtos (Figura 10) não só nas comunidades, mas também em feiras da cidade de Cavalcante. Utilizam da produção de subsistência, possuem criação de gado comum, cruzado e Nelore e plantações de gergelins, milho, abóbora, jiló, feijão e outros. Eles fazem uma relação do ciclo das estações do ano com o plantio agrícola.

Na comunidade existe um forte sincretismo religioso entre catolicismo e ritos africanos que se manifestam nas danças e festas típicas como a Suça (dança com a garrafa na cabeça e batuque) e as festas como Folias, São João, Festa do Divino, Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida e a festa do Império. Os Kalunga da Comunidade do Engenho II participam da festa de Nossa Senhora d'Abadia e costumam ir às festas a pé, de moto, carro ou a cavalo. No entanto, este tipo de catolicismo é classificado, por Almeida (2012), como Catolicismo

Independente ou Catolicismo Popular, por ter práticas populares e pelas festas serem organizadas pelos próprios Kalunga, assim como os giros de Folia de Reis.

Figura 10 - Cultivos agrícolas na comunidade do Engenho I (2013).



Autora: Borges, Joyce de Almeida. Pesquisa de campo (out. 2013).

Os kalunga também trabalham como guias ecoturísticos, atividades que passam a compor as identidades econômicas e socioculturais da região. Na comunidade há resquícios de monjolos e objetos do período da produção do açúcar durante a colonização. Esses espaços também poderiam ser explorados para o turismo histórico, as visitas são realizadas apenas nas cachoeiras, pelo fato do ecoturismo ser a atividade mais lucrativa.

Entre outras observações pertinentes, a organização geral do Engenho II, podemos destacar que a maioria das casas são construídas em alvenaria e existe uma escola (Figura 11) que oferece o Ensino Fundamental e Médio.

Foto 11 - Escola Kalunga e estrutura das moradias (2013).



Autor: Borges, Joyce de Almeida. Trabalho de campo (out. 2013).

7 Representações sociais acerca dos quilombolas no Ensino Fundamental

A educação básica brasileira reproduz ideologias que remetem a construções por parte dos alunos de uma África miserável, fornecedora de mão de obra escrava, os africanos como povos dominados e os povos europeus os dominadores. Isso traz uma negatividade para a população africana. Desta forma, os alunos concebem a África e o que vem deste território (povos, economia e cultura) como algo pejorativo.

Alguns livros didáticos reforçam ainda mais esses estereótipos, em que o negro não aparece nas imagens do modelo de "família" das cartilhas infantis, além de mostrarem na maioria das vezes uma África branca rica (parte norte do continente) e uma África Negra pobre (parte meridional), reproduzindo mais baixa autoestima nos alunos negros e criando mais situações preconceituosas já sofridas pela população afro-brasileira ao longo dos séculos.

Foto 8 - Representação comum do negro Nos livro didáticos de Geografia.



Foto 9 - Representação comum do negro e da África livros nos livros Didáticos de história.



Org.: Borges, Joyce (2013).

O que isso representa? Isso fornece elementos suficientes para fazermos uma leitura crítica e completa de toda a História e Geografia da África? Os negros são lembrados na maioria das escolas apenas como escravos, como povo sofrido. Nos livros de geografia o continente africano geralmente aparece nos últimos capítulos. Pela falta de tempo para cumprir o calendário, se estuda em excesso a Europa e, dificilmente se menciona a história e espacialização dos povos africanos. Pouco se estuda e se fala sobre sua variação cultural e sua contribuição para o território brasileiro.

Não se tem por intuito afirmar que se propõe problematizações novas, pois, é sabido que esses questionamentos partem já de outros pesquisadores e essas ideias ganham força com

a implantação da Lei 10.639, de 2003, que sugere o estudo da África de forma mais detalhada e crítica. No entanto, sabemos que poucas práticas educacionais apresentam avanços neste sentido. Infelizmente, na maioria das escolas brasileiras, e nos livros didáticos, se propaga as mesmas concepções, ou melhor, construções[v].

De acordo com Anjos (2009), ocorre a necessidade de valorização dos grupos quilombolas por serem guardiões de saberes seculares, de tradições africanas importantes que dão forma ao território brasileiro. Por isso, ao debatê-los nas aulas de geografia:

> [...] Buscamos auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da geografia africana e seu rebatimento na formação do território e do povo brasileiro. Assim como trazer á luz as questões geográficas fundamentais que tornam as comunidades tradicionais quilombolas territórios de resgate e manutenção das heranças africanas que fazem parte do Brasil. (ANJOS, 2009, p. 199).

8 Considerações finais

O trabalho de campo na Comunidade Kalunga do Engenho II nos permitiu analisar algumas questões importantes. Em termos sociais, percebemos que a comunidade apresenta desigualdades econômicas entre os próprios membros, os donos de restaurantes e os guias conseguem obter uma renda maior e se articulam dentro do território, enquanto os outros moradores ficam restritos às políticas públicas assistencialistas. No que se refere às questões de infraestrutura, a comunidade ainda necessita de telefone público, asfalto, iluminação adequada e serviços de saúde, pois os Kalunga precisam caminhar longas distâncias para procurar atendimento na cidade de Cavalcante.

De modo geral, observamos que há um misto entre os modos de vida tradicionais e modernos, como por exemplo, o uso do celular pelos jovens e a prática extrativista de produtos do Cerrado, seja para fazer alimentos, remédios ou até mesmos utensílios domésticos. Há uma presença muito grande de crianças e jovens na comunidade, o que foi facilmente percebido nas observações de campo, em especial em um campo de futebol de terra batida, onde aglomerava um grande número de crianças e adolescentes. Estes jovens têm sua formação escolar na comunidade, onde é oferecida formação até o Ensino Médio.

A relação dos Kalunga com o meio físico é marcada pela extração de frutos, sementes e raízes e estas atividades são beneficiadas pela diversidade de fitofisionomias que podem ser encontradas na região. O uso da terra é para a produção de consumo familiar e às vezes com

pequeno excedente para comercialização. Este tipo de atividade é restrita aos fundos de vale, onde podem ser encontrados solos menos arenosos e mais produtivos.

A exploração dos recursos naturais pelo ecoturismo ou turismo de aventura é uma atividade que vem crescendo na comunidade, influenciada pela intensa visitação no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. A estrutura geológica, as formas de relevo e as drenagens propiciam belezas cênicas extremamente atrativas.

É necessário considerar a importância do trabalho de campo para a formação do profissional da Geografia. Quando esta atividade ocorre de forma integrada, envolvendo disciplinas que analisam os aspectos sociais e naturais, há a possibilidade de desconstruir a clássica dicotomia Geografia Física-Geografia Humana. Vale, também, ressaltar a importância de conhecer o modo de vida dos povos tradicionais que estão territorializados no domínio do bioma Cerrado, para que seus modos de vida e o conhecimento tradicional destes povos, não sejam esquecidos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colônia. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Explorações geográficas; percursos no fim do século**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS. **Base de dados: Determinação de áreas prioritárias para unidades de preservação** - Cons. Imagem/WWF – RADAMBRASIL. 2005. Disponível em <http://www.sieg.go.gov.br/>.

ALMEIDA, Maria Geralda. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados- os Kalunga de Goiás. In: **Cerrados perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda. A identidade territorial Kalunga e perspectivas para o desenvolvimento do turismo nas comunidades Diadema e Ribeirão. **Revista territorial Goiás**. v. 01, n. 01, p. 88-111, jul./dez., 2012.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O Brasil africano: cartografia e territorialidade. In: **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

BAIOCHI, Mari Nazaré. **Kalunga, povo da terra**. Goiânia: UFG, 2003.

BORGES, Joyce de Almeida. **Identidades goianas no Ensino Fundamental de Geografia**. Dissertação de Mestrado. UFG, 2010.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela**: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS et al. Análise do compartimento espacial e temporal das temperaturas e pluviosidades no Estado de Goiás. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.). **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** Goiânia: IESA, 2002.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil da senzala a abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

CORLETT, Carlos Kleber Sobral et al. Uma contextualização histórica da vida dos negros no Brasil e a importância da Lei 10.639/03. **Cadernos Imbondeiro**, v. 1, n. 1, João Pessoa, 2010.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. - Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006. 306 p.

FARR, T. G., et al. (2007), The Shuttle Radar Topography Mission. **Geophys.**, 45, RG2004, doi:10.1029/2005RG000183.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004).** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONT, Joan Nogué. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Anablume, 2006.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal.** 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Indústria de Comércio. Superitendência de Geologia e Mineração. **Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal**. Por Edgardo M. Latrubesse, Thiago Morato de Carvalho. Goiânia, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine Rezende et al. Brasília: UFMG. Representação da UNESCO: 2003. http://www.bibvirt.futuro.usp.br. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Acesso: 03.04.13.

MATTOSO, Kátia M. Queiróz. **Ser escravo no Brasil**.[trad. J. Amado] SP: Brasiliense, 2001.
MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica a geografia do Brasil**. RJ: Consequência, 2012.

MOREIRA, M. L. O; MORETON, L. C; ARAÚJO, V. A. de; FILHO, J. V. de L; COSTA, H. F. da. (Org.) **Geologia do Estado de Goiás e do Distrito Federal**. Goiânia: 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Ed.). **Cerrado: ecologia e flora.** Planaltina: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 151-212.

SILVA, Tomaz Tadeu da et al. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes; CARDOSO, Marcos. **Zumbi dos Palmares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

VALERIANO, M. M.; ROSSETTI, D. F. Topodata: Brazilian full coverage refinement of SRTM data. **Applied Geography (Sevenoaks)**, v. 32, p. 300-309, 2011.

Notas

[i] Essa informação é negligenciada pelo Ensino Básico e Universitário Brasileiro na maioria dos centros educacionais pela valorização do Eurocentrismo.

[ii] Os negros *haussás* compuseram a Revolta dos Malês em 1835, na Bahia.

[iii] Kalunga quer dizer Camundongo ou pessoa ilustre, importante. A expressão também significa "Tudo de bom" em dialeto banto africano, e em *bantu* quer dizer Kalungangombe, um deus angolense, o "Deus das profundezas do globo terrestre" (BAIOCHI, 2003.).

[iv] O Guia turístico que nos levou a Comunidade do Engenho I não é Kalunga é de Brasília e mora há 7 anos em Cavalcante. Somente lá dentro da comunidade, tivemos a colaboração de outro guia, este Kalunga.

[v] Essa análise pode ser confirmada a partir da coleta de depoimentos de alunos acerca das representações dos Kalunga em 10 escolas da cidade de Goiânia em 2010, que serão apontados a seguir, conforme os dados obtidos na dissertação de Mestrado.